

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

Identificação da Escola: Escola Secundária com 3º Ciclo de Pombal
Circulo: Leiria
Sessão: Escolar

Projecto de Recomendação:

Exposição de motivos: (considerações ou argumentos que justificam ou enquadram as medidas propostas)

A palavra república provém dos vocábulos res e pública significando coisa pública. Os ideais republicanos de Egalité, Fraternité e Liberté, inspiradores da Revolução Francesa de 1789, associados às ideias Iluministas de saída do Homem do estado de menoridade, através do saper aude kantiano (ousa pensar), levando ao estado de maioridade, condição de autonomia e de cidadania, com raízes na velha ideia da polis grega da Antiguidade, estão na base de muitos dos valores defendidos pelos regimes republicanos democráticos actuais, nomeadamente a República Portuguesa. Ora, coisa pública significa que o domínio público é de todos, independentemente da raça, religião, riqueza, etnia, e de castas mais ou menos “nobres” ou “plebeias”. Todos somos citoyens, ou seja, habitantes da cidade, da comunidade, iguais em direitos e deveres. Esta universalidade da igualdade e da liberdade, associada à fraternidade da solidariedade humanista, em muitos aspectos mantém-se, infelizmente, como utopia e não como prática comum. Nestes 100 anos de República Portuguesa podemos perguntar o que foi feito e o que falta fazer. Será que nas questões da educação, da saúde, do património, da segurança, da regionalização, da participação na vida política, da justiça social, a coisa pública é de todos? Ou é terra de ninguém? Ou é só o feudo de alguns? Será que o nosso regime republicano logrou constituir um Estado e uma sociedade mais justos e solidários? Será que as desigualdades sociais foram atenuadas? Todos são iguais perante a lei ... e na prática? Será que a República sabe defender-se dos dogmas liberais, tecno-economicistas, que subsumem o Homem na engrenagem da produtividade competitiva, reduzindo-o a uma mera unidade de produção/consumo? Conseguirá a República manter os ideais de uma educação de Cidadãos, ou reduzi-la-á a uma técnica formadora de técnicos, unidimensionalmente especialistas, incapazes de exercerem crítica e responsavelmente a sua cidadania? Conseguirá a República, que na sua origem é laica, sobreviver ao advento dos fundamentalismos religiosos? Kant, filósofo iluminista, afirmava que devemos agir segundo princípios que se possam universalizar, devendo tomar os outros sempre como um fim e não como um meio. Também os princípios da República, que na sua origem visam construir uma condição humana mais digna, devem aplicar-se a todos sem excepção. No entanto, temos de ter consciência que a tarefa e a nobreza da política é sempre inacabada, tal como o humano.

Edgar Morin formula assim o “princípio espermático da acção política”: «A acção política não

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

é dotada da eficácia da acção física.(...) É que a eficácia política, como a eficácia biológica da sexualidade, necessita de muitos esforços infrutíferos, de um desperdício inaudito de energia e de substância vital para conseguir finalmente uma fecundação. (...) A acção política (...) Necessita de ardores repetidos, de tentativas/erros ininterruptos, até que um dia, por acaso, se opere a fecundação».

Esta metáfora seminal mostra que os ideais políticos (e republicanos), exigem uma cidadania activa, não uma passividade conducente à menoridade dogmática que poderá levar a fanatismos, ou totalitarismos. Assim, entendemos que a semente da cidadania cresce exercendo-se, motivo pelo qual apresentamos as medidas que se seguem:

Medidas propostas: (redigir com clareza e objectividade, sem alíneas)

1. Facultar gratuitamente manuais escolares virtuais durante os doze anos de escolaridade obrigatória.

2. Propomos a obrigatoriedade de criação de creches nas pequenas e médias empresas/instituições/organizações.

3. Propomos que sejam elaboradas/aprovadas leis que permitam a assistência e acompanhamento dos idosos por parte dos seus familiares.